

## **MEMÓRIA REUNIÃO CONATRAE**

A reunião foi aberta pela Dra. Sandra Lia, Procuradora Geral do Trabalho. A mesa foi composta pelo Secretário substituto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Dr. Mário Mamede, Sra Rachel Cunha, Dr. Luiz Camargo e Dr. Sebastião Caixeta.

Em seguida foi tratada a pauta da reunião.

### **PEC 438/2001**

Foi dada a palavra ao Dr. Camargo que informou que a PEC está sendo analisada novamente e que não vê possibilidade de discussão antes das eleições, face ao funcionamento da Câmara dos Deputados. Informou ainda que caso não haja um maior empenho das bases do governo vê o resultado da votação de forma pessimista, já que a bancada ruralista pretende discutir a matéria novamente. Aprovada em 1º turno na Câmara dos Deputados, a matéria encontra-se na comissão especial, de onde seguirá para o plenário dessa casa e, uma vez aprovada, retornará ao Senado por conta das mudanças introduzidas no texto original. Haverá empecilhos na votação. Analisa que a aprovação ocorrida no 1º turno talvez seja uma estratégia para derrubar a matéria no 2º turno.

O representante da Ong Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, questionou sobre a possibilidade de ações junto aos deputados e foi informado da dificuldade de alguns partidos, tais como PL e PTB, e suas lideranças. Foi questionada a possibilidade de ajuda por parte do deputado Aldo Rebelo. Ocorre que até o momento este não recebeu os membros da CONATRAE.

Segundo informações do presidente da Câmara existem outras prioridades do governo que devem ser votadas antes. Enquanto alguns deputados são engajados no tema, outros não se empenham nada.

O representante do MPAS questionou sobre a possibilidade de efetuar uma oficina para esclarecer aos deputados o Trabalho Escravo.

Foi apresentado um quadro de total desanimo quanto à aprovação da PEC.

O Secretário substituto informou que existe necessidade de um maior engajamento por parte dos órgãos do governo para que se possa fazer frente junto a Casa Civil, a Câmara dos Deputados. E o Movimento da Sociedade Civil junto a outros órgãos.

O representante do MDA informou que a posição do ministro que tem feito declarações sobre o tema e questionou sobre a possibilidade de uma entrevista com o Secretário Geral da Presidência, Luiz Dulce e com o Presidente Lula. .

O representante da CPT lembrou que além de ser um compromisso do governo, a erradicação do trabalho escravo, é também um acordo internacional, efetuado quando da ação do José Pereira junto a OEA.

O representante da AJUFE sugeriu que os membros do poder executivo junto a CONATRAE tentassem uma audiência com o Presidente.

Aberta discussão para definir a melhor estratégia para viabilizar a audiência com o presidente.

Das discussões ficou decidido que o Ministro Nilmarírio, presidente do CONATRAE, solicitará, em 30 dias, audiência com o presidente. Caso negativo outros procedimentos deverão ser providenciados.

O representante do MDA solicitou que ficasse consignado que todos os membros devem assinar o pedido.

A representante da OIT ratificou a solicitação do representante do MDA e pediu que nova reunião ocorra em 1 mês.

O representante da AJUFE pediu que o ofício que for enviado ao presidente seja publicizado entre os membros. Sugeriu que além do pedido de audiência seja também solicitada sua presença, na abertura da II Jornada de Debates sobre o Trabalho Escravo e caso não exista essa possibilidade que seja feito um VT com o presidente.

## **II Jornada de Debates sobre Trabalho Escravo**

Foi exposto pela representante da OIT, o andamento das reuniões para viabilizar o evento. Informou que será realizada durante os dias 23/24 no auditório do STJ. A programação do evento e as considerações serão tratadas na 2ª reunião.

A secretaria da reunião leu aos presentes os comentários enviados por Dra. Wiecko Castilho (PGR) e por Dra. Ruth Vilela (SIT/MTE).

A representante da OIT aproveitou a oportunidade para destacar a presença do representante da CNA e ressaltou que este ofereceu ajuda na compilação de jurisprudência e leis que tratam sobre TE que está sendo efetuado pelo UNICEUB.

## **Fórum Social Mundial 205**

Foi exposto, pelo representante da CPT, que em reunião ocorrida no dia 2/9 foi realizada com a presença de poucos convidados. A proposta é de realizar eventos sobre o tema trabalho escravo durante um dia todo com 2 atividades distintas. Durante a manhã serão tratados temas internacionais e depoimentos da experiência nacional e à tarde a visão brasileira com a realização de 3 mesas paralelas com temas distintos.

Salientou que haverá a realização de 2 grandes eventos com uma diferença de 3 meses e a necessidade de reuniões que formatem o evento. Lembrou que há necessidade de uma presença maior nas reuniões.

### **Ações Preventivas para erradicar o trabalho escravo**

Quando o citado tema foi ser tratado os membros do MPT presentes a reunião, informaram que, juntamente com os membros do MTE, existe uma preocupação quanto à discussão das diárias pagas aos auditores do trabalho, já que estas não cobrem os custos de uma ação e envolve questões de segurança para os membros do poder executivo que façam parte da fiscalização móvel.

Foi sugerido, pelo representante da AJUFE, que fossem criadas diária para os membros poder executivo que estejam envolvidos nessas operações.

O representante do MPT informou que o órgão enviará ofício ao MTE informando da necessidade de aumento das diárias.

O representante do MPAS sugeriu que fosse enviado ofício ao ministro do planejamento explicando os problemas enfrentados e solicitando providências.

O representante da ANPR sugeriu que no ofício fosse solicitado o aumento das diárias em caso de periculosidade ou que fossem feitas parcerias com o intuito de viabilizar o aumento das diárias.

Foi instituída uma comissão, composta por Camargo/Erlan (MPT), Kaipper (MDA) e Marcílio (MTE), para analisar a questão das receitas recolhidas ao FAT à luz das preocupações expressadas por vários membros, considerando também que o MPT cogita sobre a criação de um fundo público, de natureza distinta do FAT e mais apto, do ponto de vista legal, a receber as multas trabalhistas.

Quanto ao tema, proposto, Ações Preventivas para erradicar o trabalho escravo, o representante da CPT solicitou que seja tratado em reunião exclusiva, o que foi aceito pelos demais membros.

## **Outros Assuntos**

Regimento Interno

Proposta de reunião dos membros da comissão para viabilizar o RI

Representante da Anti-Slavery, estará no Brasil na semana próxima e deseja contatar várias entidades da Conatrae.

**Próxima Reunião: 20/10 às 10h00 na sede da OAB Federal**